

É a segurança, estúpido!

Anseio por ordem e controle do crime tem mobilizado os corações e mentes da população brasileira, mas não estamos aproveitando a queda dos índices criminais para garantir conquistas e investir naquilo que tem dado certo

Em 1992, James Carville, então assessor da campanha de Bill Clinton, cunhou o slogan “É a economia, estúpido!”, como forma de captar o espírito do tempo e mobilizar a equipe encarregada de convencer os eleitores a escolherem Bill Clinton como presidente dos EUA. De lá para cá, a expressão é uma marca poderosa que nos faz lembrar o quanto processos socioeconômicos e culturais são determinantes na escolha dos dirigentes de um país e o quanto a normalidade democrática exige fundamentos macroeconômicos e institucionais sólidos.

E, nesse contexto, as últimas edições do *Fonte Segura* têm mostrado que a América Latina tem convivido com manifestações por melhores condições sociais e econômicas e, simultaneamente, com o crescente protagonismo das polícias na definição das fronteiras da institucionalidade democrática de cada país. São movimentos altamente correlacionados e cujos efeitos dependerão da forma como os conflitos serão administrados por cada sociedade e por cada força policial.

Não há padrões técnicos isentos de interesses/visões de mundo e por isso temos insistido na importância da transparência como melhor ferramenta de monitoramento da ação policial. Esta edição do *Fonte Segura* vai mostrar, por exemplo, que justo quando o governo sinaliza que irá reprimir com rigor eventuais manifestações no Brasil, o chefe de gabinete do General Augusto Heleno, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional e responsável pela ABIN (Agência Brasileira de Inteligência), reuniu-se com a cúpula da Condor, uma das maiores fabricantes de armas químicas do mundo (bombas de feito moral, gás lacrimogêneo, de pimenta, entre outros).

Ao mesmo tempo, o Brasil convive com polícias com poucas regras de *compliance* e que limitem a relação entre polícia e política. O crescente número de policiais eleitos para cargos no Executivo ou interessados em serem políticos sem que tenhamos nenhuma quarentena que isole essas duas esferas essenciais da vida pública aumenta o risco de eventuais conflitos de interesse. Ao contrário do Ministério Público e do Poder Judiciário, que desde 1988 não permitem que seus membros ativos sejam candidatos e exigem que, se uma pessoa quer ser política, ela precisa pedir exoneração definitiva de sua carreira, as polícias ainda estão engatinhando na construção de tais regras.

Hoje, parafraseando James Carville, é possível afirmar que “É a segurança, estúpido!” a frase síntese do espírito do nosso tempo, em que o anseio por ordem e controle do crime tem mobilizado os corações e mentes da população brasileira. E isso independe das evidências e dos fatos, como nos revela a entrevista exclusiva da deputada federal Margarete Coelho, presidente do GT da Câmara dos Deputados encarregado de analisar as propostas de reforma penal e processual penal feitas pelos ministros Sergio Moro (MJSP) e Alexandre de Moraes (STF).

Margarete Coelho vai revelar que mais de 80% das propostas dos ministros foram acatadas e, mesmo assim, há críticas aos tempos e ritos do parlamento. E não só esse dado chama atenção. A deputada nos conta de que as propostas altamente ideologizadas sobre excludente de ilicitude não foram objeto de nenhuma defesa de associações e/ou organizações policiais nas diversas audiências e reuniões do GT. Ou seja, as propostas não mobilizaram a classe policial, que percebeu o risco de cair em uma armadilha que mais a enfraqueça do que a proteja.

Porém, a sensação que o governo quer passar é que ele está preocupado com os policiais e em garantir condições para o enfrentamento de manifestações que porventura ocorram no país. Isso não é verdade. O que está sendo feito é uma opção político-institucional que aposta na força e que sequestra as polícias para projetos eleitorais específicos.

Não estamos aproveitando a queda dos índices criminais para garantir conquistas e investir naquilo que tem dado certo. Falta-nos um programa de monitoramento e avaliação das políticas de segurança pública e das ações policiais.

